

SUMÁRIO

Doutrina

Adriano Vidigal Martins - Constitucionalidade das leis estaduais que instituem a incidência do ITCMD sobre doações provenientes do exterior

1. Introdução. 2. O federalismo e a forma constitucional de repartição da competência tributária. 3. Regulamentação da competência legislativa concorrente na Constituição Federal de 1988. 4. Natureza jurídica das normas estaduais que disciplinam a instituição do ITCMD na hipótese em que o doador tiver domicílio no exterior ou se o falecido possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior. 5. Aplicabilidade da norma constitucional prevista no art. 34, parágrafo 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 6. Considerações finais.

7

Ana Carolina Carpinetti e Henrique Amaral Lara - A não incidência do ICMS sobre as receitas auferidas pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicação com a locação de bens móveis

I. Introdução. II. Os fundamentos jurídicos para a não incidência do ICMS sobre a atividade de locação de bens móveis. III. O posicionamento desfavorável do TIT/SP sobre o assunto. IV. O entendimento pacífico do STJ. V. Conclusão.

17

André Mendes Moreira e Tiago Câmara Miranda - Direito à compensação do PIS/Cofins incidentes sobre receitas não auferidas por inadimplência definitiva - uma releitura do RE nº 586.482/RS

1. Introdução. 2. A hipótese de incidência do PIS/Cofins. 3. Uma proposta de releitura do acórdão no Recurso Extraordinário nº 586.482/RS. 4. Conclusões.

25

Bruno Fajersztajn e Ramon Tomazela Santos - Planejamento tributário - entre o positivismo formalista e o pós-positivismo valorativo: a nova fase da jurisprudência administrativa e os limites para a desconsideração dos negócios jurídicos

1. Introdução. 2. Critérios para a desconsideração de atos ou negócios jurídicos. 3. Análise da jurisprudência administrativa. 4. Conclusão.

38

Caio Augusto Takano - Livre concorrência e fiscalização tributária

1. Introito. 2. Tributação e ordem econômica. 3. Livre concorrência como fundamento e limitação à fiscalização tributária. 4. Análise da Portaria CAT nº 122/2013 e os limites impositivos à instituição de deveres instrumentais tributários. 5. Conclusão.

56

Diogo Ferraz Lemos Tavares - Fundamentos e limites constitucionais da extrafiscalidade do "IOF"

1. Introdução. 2. A hipótese de incidência do IOF. 3. A inafastável extrafiscalidade do IOF: competência tributária que reflete uma competência regulatória. 4. O âmbito de atuação da extrafiscalidade do IOF. 5. Os privilégios que viabilizam a extrafiscalidade do IOF. 6. Limites aos privilégios extrafiscais do IOF. 7. Conclusões.

71

Hermano Notaroberto Barbosa - Extrafiscalidade às avessas: inconstitucionalidade da Resolução CMN nº 3.912/2010 e seus efeitos sobre o IOF/câmbio

I) Resolução CMN nº 3.912/2010: conteúdo regulatório e finalidade fiscal. II) IOF/câmbio decorrente da Resolução CMN nº 3.912/2010: sua dupla inconstitucionalidade. III) Considerações finais.

89

Ives Gandra da Silva Martins - Responsabilidade do Fisco nos lançamentos tributários em que resta vencido

111

- Michel Haber Neto* - Limites normativos ao planejamento tributário no Brasil
1. Introdução. 2. Elementos de teoria geral do Direito. 3. Elisão tributária no direito positivo brasileiro. 4. Conclusão. 116
- Pedro Guilherme Modenese Casquet* - O conceito de receita bruta no âmbito da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
I - Introdução. II - Conceito de receita bruta. III - Histórico da construção do conceito de receita bruta. IV - Conclusão. 130
- Phelippe Toledo Pires de Oliveira* - Análise do prazo decadencial para o Fisco efetuar o lançamento de ofício nos casos de dolo, fraude e simulação na conduta do contribuinte (art. 150, parágrafo 4º, *in fine*, do CTN)
I. Considerações iniciais acerca do lançamento por homologação e do prazo decadencial para o Fisco lançar eventuais diferenças. II. Do prazo decadencial nas hipóteses de dolo, fraude ou simulação (art. 150, parágrafo 4º, *in fine*, do CTN). III. Do termo "a quo" do prazo decadencial nas hipóteses de dolo, fraude e simulação. IV. Conclusões. 139
- Renato Lopes Becho* - Os contornos da ciência do Direito e seu impacto na formação do Direito Tributário
I - Introdução. II - Em que sentido podemos falar em ciência do Direito Tributário? III - Conclusão. 146
- Rogério David Carneiro* - O Gatt e a incidência do IPI na revenda de produtos importados
1. Introdução. 2. O Gatt e seu tratamento na legislação brasileira. 3. O IPI na revenda dos produtos importados. 4. A análise do IPI na revenda de produto industrializado importado de um país signatário do Gatt. 5. Conclusão. 153
- Wladimir Novaes Martinez* - Contribuição securitária sobre previdência privada
1. Disposições constitucionais. 2. Preceitos da LC n. 109/2001. 3. Normas previdenciárias. 4. Contribuição patronal. 5. Caso concreto. 6. Situação do plano de benefícios. 160